

Africanos e afrodescendentes nas origens do Brasil: raça, relações raciais e culturas negras no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937)*

Sarah Calvi Amaral Silva**

Resumo: o objetivo deste artigo é discutir duas comunicações apresentadas ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937), atentando para os lugares sociais atribuídos a brancos, negros e mestiços nessas interpretações sobre a formação histórica, social e cultural do Brasil. Ocorrido no contexto da conformação do campo de estudos africanos e de relações raciais, o evento contou com a participação de inúmeros intelectuais brasileiros e estrangeiros. Dentre eles, estavam Arthur Ramos e Dante de Laytano, autores dos textos a serem aqui analisados com base em noções de raça e categorias correlatas instrumentalizadas pelos mesmos. Tal abordagem se dará, através da remontagem parcial de redes de relações domésticas e transnacionais estabelecidas por Ramos e Laytano, bem como por meio de elementos de suas trajetórias intelectuais e profissionais.

Palavras-chave: intelectuais; raça; formação do Brasil.

Abstract: this article aims to discuss two speeches given during the Second African-Brazilian Congress of Salvador (1937), in order to analyze the social positions granted to white, black and half-blood peoples and the related points of view regarding historical, social and cultural aspects in Brazil. The event, which happened during the development of the African Studies and Racial Relations fields, featured many intellectuals from Brazil and abroad. Among these names were Arthur Ramos and Dante de Laytano, who wrote the speeches hereby studied. The focus lies in which concepts of race and other categories the authors use as instruments. The approach takes into consideration the network they held within and outside of the country, as well as their intellectual and professional histories.

Key-words: intellectuals; race; Brazil.

* Este artigo é uma reflexão desenvolvida com base nos dois primeiros capítulos de minha dissertação de mestrado. SILVA, Sarah. C. A. "Africanos e Afrodescendentes nas origens do Brasil: raça e relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia do IHGRS (1940)". (Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2010).

** Doutoranda em História – PPGH/ UFRGS. E-mail: amaral.sarah3@gmail.com.

Embora interpretações sobre a formação histórica, social e cultural do Brasil, entrecortadas por noções de raça, figurassem na cena letrada desde, pelo menos, o século XIX, foi na década de 1930 que os chamados estudos africanos e de relações raciais seriam conformados em um campo de investigação.¹ No contexto de intensos debates acerca da identidade nacional, as nascentes ciências sociais brasileiras passavam por um lento processo de institucionalização, marcado por tentativas de definição de suas disciplinas, pela fundação de instituições, por diálogos com especialistas estrangeiros, pela recepção de categorias analíticas inovadoras, entre outras iniciativas.²

O referido campo se consolidou no I Congresso Afro-Brasileiro de Recife (1934), organizado por Gilberto Freyre, e no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937), empreendido por Edison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz, Reginaldo Guimarães e apoiado por Arthur Ramos.³ Ambos os eventos contaram com a presença de intelectuais brasileiros, cientistas sociais estrangeiros e personalidades do universo religioso e militante afrodescendente. As possibilidades abertas nos congressos permitiram a enunciação de teses variadas, centradas nos sentidos e consequências da presença negra no desenvolvimento do Brasil, demonstrando o quanto as discussões travadas naqueles espaços influenciaram a atribuição de lugares sociais específicos a brancos, negros e mestiços em escritos produzidos em inúmeros ambientes.

O objetivo deste artigo é discutir duas comunicações apresentadas ao II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, evento no qual tornaram-se mais explícitas as disputas em torno da legitimação de pesquisas sobre o negro. Nos textos apresentados por Arthur Ramos e pelo intelectual sul-rio-grandense Dante de Laytano, será analisado o uso de noções de raça e categorias correlatas na caracterização de grupos sociais considerados importantes para a formação do Brasil. O primeiro autor dedicou-se a compreender a estruturação de culturas de matriz africana na Bahia. Já o segundo, buscou perceber a participação dos negros na formação do Rio Grande do Sul, localizando-os em eventos históricos determinados.

Aparentemente distantes entre si, ambas as comunicações foram, em certa medida, forjadas no âmbito do mesmo campo de debates, articulado por redes de relações domésticas e transnacionais, cujos desdobramentos permitem uma análise comparativa dos textos em questão. Por outro lado, as obras de Ramos e Laytano possuíam particularidades, somente perceptíveis se consideradas as conjunturas institucionais e profissionais sob as quais ambos produziram.

Africanismos, regionalismo e o “elemento africano” na formação do Brasil

O II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador ocorreu entre os dias 11 e 20 de janeiro de 1937 no Instituto Nina Rodrigues, pertencente à Faculdade de Medicina da Bahia, e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Na programação constaram a apresentação e leitura de comunicações, demonstrações de capoeira, festas em candomblés, exposições, reuniões político-intelectuais.⁴ As teses publicadas nos

1 SANSONE, Lívio. “Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n. 1, 2002.

2 MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Sumaré/IDESP/FAPESP, 2001.

3 SANSONE. “Um campo saturado de tensões”, p. 4.

4 Neste artigo não será possível abordar toda a complexidade do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador

anais trouxeram pontos de vista variados acerca da história e da cultura brasileira, basicamente calcados na “influência do elemento africano no desenvolvimento do Brasil”.⁵ A presença negra fora, assim, entendida “sob o ponto de vista da etnografia, do folclore, da arte, da antropologia, da história, da sociologia, do direito, da psicologia social [...] de todos os problemas de relações de raça no país”.⁶

De vinte e três comunicações publicadas, treze trataram de assuntos perpassados por culturas e religiões de matriz africana. Eram tempos de tentativas de superação do racismo científico ainda circulante entre a intelectualidade, tarefa em parte assumida pelos adeptos da Antropologia Cultural de Franz Boas. Em resumo, a importância do culturalismo no Brasil e na América Latina residiu no fato de que, teoricamente, o conceito de cultura teria substituído a noção biológica de raça na compreensão das diferenças humanas.⁷ Ao invés de as mesmas serem explicadas pela Antropologia Física, cujo conceito-chave era a raça, essas diferenças poderiam ser perscrutadas com base em manifestações culturais observadas em sociedade, por meio do método etnográfico.⁸ Um dos intelectuais dedicados à difusão do culturalismo no Brasil foi Arthur Ramos.

Ramos incorporou a Antropologia Cultural em sua produção, ao mesmo tempo em que criava a Psicologia Social, em diálogo com os *africanismos* ou sobrevivências de traços culturais africanos nas Américas. Quando o discípulo de Franz Boas, Melville Herskovits, enviou ao II Congresso Afro-Brasileiro um texto sobre o sincretismo religioso no Novo Mundo, os diálogos com Arthur Ramos já existiam.⁹ Antônio Sérgio Guimarães analisou detidamente a correspondência de Ramos e Herskovits, a partir de fontes disponíveis nos arquivos da biblioteca de Northwestern University (1935 a 1941), e no Arquivo Arthur Ramos da Biblioteca Nacional (1941 a 1949).¹⁰ Segundo Guimarães, esses intercâmbios significaram a abertura do mundo afro-baiano para Herskovits, possibilitando o avanço de seu projeto de pesquisa intercontinental sobre as culturas africanas nas Américas.¹¹ Em contrapartida, Ramos acumularia prestígio no Brasil e no exterior em discussões candentes à época. Exemplo disso é a carta por ele escrita para Herskovits, em 1936: “Estarei tratando de divulgar o mais largamente possível o seu trabalho numa conferência próxima que irei realizar em São Paulo sobre ‘As culturas negras no Brasil’ que lhe enviarei logo que sair publicada”.¹² A conferência fez parte de uma

que, afóra discussões intelectuais, tocou em temas fundamentais à época, tais como a perseguição policial aos candomblés e o universo afro-religioso contemporâneo, na ocasião amplamente representado por pais, mães e filhos de santo. Esta ponderação é necessária, visto que os debates travados no evento foram perpassados por contextos políticos e sociais mais amplos, em meio aos quais diversos especialistas desenvolveram suas reflexões. Para perceber esta interface ver, entre outros: BACELAR, Jeferson. “O legado da Escola Baiana. Para uma Antropologia da reafirmação dos costumes”. In: _____. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

- 5 CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano do Couto; GUIMARÃES, Reginaldo. “Palavras inaugurais do Congresso Afro-Brasileiro da Bahia”. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro*. Coleção Biblioteca de Divulgação Científica, v. XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940, p. 15.
- 6 CARNEIRO; FERRAZ; GUIMARÃES. “Palavras inaugurais do Congresso Afro-Brasileiro da Bahia”, p. 15.
- 7 MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. “O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual?”. In: MAIO, Marcos Chor; e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 107-124.
- 8 CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Carlos: EDUSC, 2005, p. 40-49.
- 9 HERSKOVITS, Melville. “Deuses africanos e santos católicos nas crenças do negro no Novo Mundo”. In: Congresso Afro-Brasileiro (2: 1937: Salvador, BA), p. 19-29.
- 10 GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “Africanismo e democracia racial: a correspondência entre Herskovits e Arthur Ramos (1935-1949)”. Texto em versão preliminar. http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/271096/mod_resource/content/1/Africanismo%20e%20democracia%20racial.pdf. Acessado em 19/06/2015, p. 1-28.
- 11 GUIMARÃES, “Africanismo e democracia racial”, p. 7.
- 12 Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Arthur Ramos - I, 35, 15, 173 – Carta de Arthur Ramos a Melville

série de palestras do curso de Etnografia e Folclore organizado pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, preparada a pedido de Mário de Andrade, então diretor do Departamento.¹³

Essas trocas entre especialistas se deram num contexto no qual modelos de sistemas raciais eram construídos em âmbito internacional, conforme aponta Micol Seigel, ao discutir a montagem comparativa de quadros explicativos das relações raciais, concebidos com base em unidades nacionais pré-estabelecidas.¹⁴ Segundo Seigel, semelhanças e diferenças supostamente particulares a determinadas nações foram produzidas por uma intelectualidade empenhada em construir a “cultura” e a “raça” enquanto categorias analíticas e sociais. Esse processo ocorreu através de redes transnacionais, pelas quais circularam pessoas e ideias que preencheram aquelas categorias de seus conteúdos teóricos, históricos e culturais. Tal dinâmica possibilitou a criação de dois arquétipos: a ideia dos Estados Unidos como um lugar de uma gritante dicotomia racial; e a ideia do Brasil como um país de contornos raciais mais sutis.¹⁵ Esses estereótipos subsidiaram projetos políticos e fizeram parte da história das relações raciais dos dois países, quando o campo de estudos assim denominado era conformado.¹⁶

Nesse sentido, Seigel comenta a colaboração angariada por Arthur Ramos, o que significou um importante passo para a participação brasileira em investigações sobre temáticas negras. Desde então, o candomblé seria citado com mais frequência como uma prova de que culturas africanas teriam sobrevivido nas Américas, mais do que quaisquer outras instituições afro-americanas.¹⁷ O programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro parece ter refletido esse contexto. Além de Herskovits, o sociólogo Donald Pierson, representante da Escola de Chicago, participou do evento, quando realizava pesquisas sobre as relações raciais brasileiras em Salvador.

No plano nacional, em parte, a atuação de Arthur Ramos ocorreu sob a chamada Escola Nina Rodrigues, um heterogêneo coletivo de médicos e intelectuais dublês de homens de Estado, cujos interesses perpassavam áreas como a Medicina e a Antropologia.¹⁸ Um dos objetivos do grupo radicado no Rio de Janeiro era enfrentar a hegemonia da perspectiva Freyreana sobre as relações raciais, calcada na mestiçagem. Dentre as estratégias da Escola encontram-se a

Herskovits. Rio de Janeiro, 26 de março de 1936.

13 Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 21, 542. Carta de Mário de Andrade a Arthur Ramos. São Paulo, 20 de abril de 1936.

14 SEIGEL, Micol. “Beyond Comparative Method after the Transnational Turn”. *Radical History Review*, Issue 91, winter, 2005, p. 63.

15 Segundo Luciana Brito, nos Estados Unidos apropriações e reelaborações de imagens sobre o Brasil ocorreram entre os anos anteriores à Guerra Civil e o pós-abolição. A autora coloca que, num contexto de intensas discussões políticas acerca de outras sociedades escravistas das Américas, o caso brasileiro foi tomado como exemplo para pensar as experiências de escravidão e liberdade na sociedade norte-americana. Abolicionistas negros, viajantes, cientistas e escravistas participaram desses debates, ora considerando o Brasil como um país miscigenado e racialmente harmônico, ora tomando-o como um país de clima tropical portador de formas de vida inferiores às dos Estados Unidos. As reflexões de Brito demonstram como a construção dos modelos de relações raciais comentada por Seigel operava, através de intercâmbios de ideias e projetos políticos gestados na América diaspórica. BRITO, Luciana Cruz. “Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista”. (Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2014).

16 SEIGEL. “Beyond Comparative Method after the Transnational Turn”, p. 67. Essa reflexão inspirou a metodologia escolhida para o presente artigo. Ao invés de analisar os escritos de Arthur Ramos e Dante de Laytano enquanto discursos supostamente correspondentes a realidades diferentes (uma Bahia essencialmente negra e um Rio Grande do Sul essencialmente branco), mais produtivo é entender os textos dos autores como discursos elaborados em meio a relações e contextos que influenciaram a apropriação de conceitos e problemáticas atrelados à raça e à cultura.

17 SEIGEL. “Beyond Comparative Method after the Transnational Turn”, p. 79.

18 CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

ocupação de cargos estatais, a docência em universidades e o engajamento em editoras importantes. Contudo, destaca-se que a concorrência entre membros da Escola e outros intelectuais era situacional, não configurando posturas rígidas, quanto a divergências teóricas e aproximações de variadas naturezas.

Autointitulados discípulos do mestre em “africanologia”, Raimundo Nina Rodrigues, os idealizadores da Escola revisitaram os materiais de campo por ele coletados em Salvador no final do século XIX, interpretados à luz de teorias do racismo científico. Como médico, a preocupação de Nina era entender os motivos patológicos da criminalidade e de outros comportamentos considerados desviantes e anormais, supostamente observáveis nos candomblés.¹⁹ Ao buscar resignificar estes postulados, sob um viés culturalista, Ramos e seus pares buscaram legitimar seus próprios trabalhos, mediante a reivindicação de uma filiação aos estudos de Nina, num momento de “renhida disputa político-intelectual” sobre o pioneirismo dos estudos sobre o negro.²⁰

Outro elemento a ser considerado é a institucionalização das Ciências Sociais brasileiras, anteriormente mencionada. Desde então, seria necessário conhecer e se apropriar de escopos mais “modernos” para conquistar o rótulo de “cientificidade”, progressivamente, atribuído à Sociologia e à Antropologia estrangeiras. Porém, vale lembrar que nos anos 30 esse processo estava apenas no início, permitindo a circulação institucional de profissionais simultaneamente atuantes em espaços, tais como as universidades e os Institutos Históricos e Geográficos.²¹ As próprias disciplinas foram demarcadas em meio a disputas nesse processo que, em alguns casos, atravessou questões políticas e sociais. Havia, por exemplo, uma inter-relação entre a face científica da “questão negra” no Brasil e a proposição de políticas públicas, especialmente na esfera educacional, embasadas em saberes antropológicos sobre populações a serem administradas pelo Estado.²² Este é o caso de Ramos.

A aproximação de Ramos da Antropologia Cultural ocorreu quando ele lecionava Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal (1935).²³ Em carta a Herskovits, Ramos informa: “Tenho atualmente um curso de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal e estou procurando inteirar-me da bibliografia norte-americana. Muito grato ficaria se me fornecesse [...] qualquer indicação neste particular”.²⁴ Mesmo alocado em uma especialidade que, aparentemente, não dialogava com o culturalismo, Ramos necessitou se apropriar desses e outros postulados para adquirir legitimidade. Ajuda a entrever esse terreno, o fato de Gilberto Freyre ser professor de Antropologia Social e Cultural na UDF, além de ter sido aluno de Franz Boas e conseguido levar Herskovits ao I Congresso Afro-Brasileiro de Recife (1934), nada afeito a “escolas rígidas”.²⁵

19 CORRÊA. *As ilusões da liberdade*, ver o Capítulo I, intitulado “Contexto”.

20 CORRÊA. *As ilusões da liberdade*, p. 220.

21 Alfredo Ellis Júnior – catedrático de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934) – pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, inicialmente, levando para a USP as orientações teórico-metodológicas operadas no IHGSP. Sobre o autor, ver: FERREIRA, Antônio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002; MONTEIRO, John. “Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Júnior”. *Novos estudos/CEBRAP*, v. 38, 1994, p. 61-78.

22 L’ESTOILE, Benôit de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia. “Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa”. In: L’ESTOILE; NEIBURG; SIGAUD. *Antropologia, Impérios e Estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 18.

23 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI. *História das Ciências Sociais no Brasil*, p. 225-226.

24 Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 15, 172 - Carta de Arthur Ramos a Melville Herskovits. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1935.

25 FREYRE, Gilberto. “O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife”. In: GILBERTO FREYRE E OUTROS.

Arthur Ramos exerceu certa influência sobre a montagem do programa de trabalho do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador, segundo aponta o informe dirigido a Ramos por Edison Carneiro, folclorista eventualmente identificado com a Escola Nina Rodrigues: “Aderimos à ideia de homenagem a Nina. [...] A solenidade será na Faculdade [de Medicina]. Lá você terá de ler a sua tese sobre a escola de Nina”.²⁶ Quanto às disciplinas, Antropologia, Etnografia, Sociologia e Psicologia Social figuraram entre as possibilidades colocadas aos congressistas, embora essas não fossem as únicas alternativas disponíveis. O Folclore e a História estavam também representados.

Na primeira metade do século XX, o folclore desempenhou importante papel em pesquisas sobre a cultura popular, pleiteando o *status* de disciplina autônoma institucionalizada, sendo fundamental inscrever os temas abordados por alguns intelectuais brasileiros no âmbito dessa área de saber.²⁷ A conferência encomendada por Mário de Andrade a Arthur Ramos, anteriormente citada, objetivava instrumentalizar aspirantes a folcloristas com métodos que possibilitassem a observação da realidade brasileira, através de coleta empreendida com base nos mesmos princípios “científicos”, posteriormente, atribuídos às Ciências Sociais da USP.²⁸ Em 1936, Andrade criaria a Sociedade de Etnografia e Folclore no Departamento de Cultura de São Paulo, onde fora realizado o curso integrado por Ramos e dirigido por Dina Lévi-Strauss.²⁹ Porém, a disciplina acabou marginalizada na arena concorrencial que incluía Institutos Históricos e Geográficos, universidades e outras instituições que, naquele período, declinaram as solicitações de apoio feitas por folcloristas.

Ao procurar atingir os objetivos de autonomia e cientificidade, o folclore se aproximou da Antropologia Cultural, pautando perspectivas calcadas na fábula das três raças. Essas considerações são importantes, porque, por vezes, Arthur Ramos e Dante de Laytano definiram seus trabalhos como estudos de folclore, ao mesmo tempo em que contatavam as Ciências Sociais.³⁰ Considerando esta dinâmica, é possível compreender a participação de Laytano no II Congresso Afro-Brasileiro, momento em que escrevia sob o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

Segundo Letícia Nedel, nas décadas de 40, 50 e 60, a busca por espaços de enunciação, por parte de intelectuais sul-rio-grandenses, esteve ligada aos debates das progressivamente hegemônicas Ciências Sociais.³¹ A autora argumenta que redes de relações, articuladas a círculos letrados dedicados a pesquisas acerca da cultura popular, ajudaram a conformar não só a historiografia sulina, como também a identidade profissional dos atores envolvidos. Tal identidade foi permanentemente marcada por tensões quanto às formas de perscrutar as manifestações culturais definidas como “essencialmente” nacionais.

Nessa conjuntura, o engajamento de Dante de Laytano na Comissão Estadual de Folclore (CEF) fora decisivo para a sua entrada nos debates comentados. Filiada

Novos Estudos Afro-Brasileiros. Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife, em 1934. (2º volume). Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1988. Edição fac-similar, p. 348-352.

26 Fundação Biblioteca Nacional – Arquivo Arthur Ramos - I - 35, 25, 880 – Carta de Edison de Souza Carneiro a Arthur Ramos. Salvador, 12 de dezembro de 1936.

27 VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Funarte, 1997.

28 VILHENA. *Projeto e missão*, p. 91.

29 VILHENA. *Projeto e missão*, p. 90.

30 RAMOS, Arthur. *As Culturas Negras no Novo Mundo: Negro Brasileiro III*. v. 249. 2ª ed. Brasileira. São Paulo: Editora Nacional, 1946, p. 13.

31 NEDEL, Letícia Borges. “Um passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)”. (Tese de doutorado em História, Universidade de Brasília, 2005).

à Comissão Nacional de Folclore, a CEF se transformou em importante esfera de produção para intelectuais “de província”, preocupados em firmar seus escritos, frente ao cenário concorrencial que se desenhava. Fundadas nos anos 40, ambas as comissões integraram o projeto de institucionalização do folclore. Quanto às disciplinas reivindicadas ou refutadas por intelectuais do “centro” e da “periferia”, o folclore apareceu como alternativa àqueles interessados em inserir contornos regionalizados em sua escrita, reconciliando “padrões identitários locais e brasileiros”, como era o caso de Laytano.³²

Nedel aponta que a apropriação da Antropologia Cultural não significou o abandono de perspectivas manipuladas pelo autor anteriormente, mas sim a deixa para que ele estabelecesse interlocuções com campos em ascensão. Percebendo a emergência do culturalismo, da Escola de Chicago e de autores brasileiros de renome, Laytano passou a citar Arthur Ramos, Gilberto Freyre, entre outros, e a receber visitas ilustres em seu gabinete no Museu Júlio de Castilhos, como Melville Herskovits e Donald Pierson. Ao mesmo tempo, cientistas sociais eram indicados para sócios correspondentes do IHGRS.³³ Assim, o folclore tomou emprestados das ciências sociais conceitos e métodos referenciados nos estudos africanos e de relações raciais.

Em se tratando da historiografia, Nedel afirma que, no mesmo momento em que nacionalmente a intelectualidade se dedicava à “culturalização da imagem do cadinho racial brasileiro”, convertendo a mestiçagem em elemento positivo da identidade nacional, o projeto historiográfico do IHGRS “sabidamente recalcava a presença negra, imigrante e castelhana da formação histórica e social do Rio Grande”.³⁴ Segundo a autora, historiadores polígrafos mantiveram-se mais ocupados em nacionalizar a memória farroupilha e relacionar seus heróis militares às elites do Estado Imperial, do que discutir os temas em voga surgidos no período. Nedel refere-se a uma produção forjada num contexto de ascensão de intelectuais nordestinos como porta-vozes da autêntica cultura nacional.³⁵ O desafio colocado consistia, portanto, em incorporar a mestiçagem e a presença negra em interpretações sobre a formação do Rio Grande do Sul.

Nas disputas sobre as definições do “povo” e da cultura brasileiras, o Rio Grande do Sul esteve à margem do modelo ideal construído por agentes que, segundo a concepção de Pierre Bourdieu, conquistaram autoridade para nomear diferenças e impor, aos “outros”, classificações consideradas destoantes de um todo definido como nacional.³⁶ Esses agentes encontravam-se em espaços diferentes daqueles onde a produção escrita era conhecida, interna e externamente, como “provinciana”, por não comportar elementos que permitissem incluí-la na categoria “nacional”.³⁷ Parafraseando Bourdieu, a “região” foi o resultado de disputas entre intelectuais que, não reconhecendo na historiografia sulina traços como a miscigenação, a rotularam de regionalista.

Entre as práticas de Dante de Laytano para reverter este quadro incluíram-se, além das redes de relações, a presença em eventos como o II Congresso Afro-Brasileiro. Nesse sentido, as conversas de Laytano e Arthur Ramos parecem ter contribuído para a inserção do intelectual sulino no campo de estudos africanos e

32 NEDEL. “Um passado novo para uma história em crise”, p. 264.

33 NEDEL. “Um passado novo para uma história em crise”, p. 237-238.

34 NEDEL. “Um passado novo para uma história em crise”, p. 245-246.

35 NEDEL. “Um passado novo para uma história em crise”, p. 209.

36 BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. [1984]. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Diefel, 1989, p. 107-132.

37 NEDEL. “Um passado novo para uma história em crise”, p. 236.

de relações raciais, conforme indicam as quinze cartas trocadas entre 1936 e 1940. As correspondências incluem informes de Laytano sobre atividades de pesquisa, tratativas editoriais (Ramos dirigia a coleção Biblioteca de Divulgação Científica da Companhia Editora Nacional), elogios ao “mestre da africanologia”, entre outros assuntos.

Na primeira carta, o “humilde discípulo” fala de um ensaio publicado pela Editora Globo: “Ousei, sem lhe consultar, dedicar meu modesto ensaio: ‘Negros sul-rio-grandenses’. Livro que não tem pretensões científicas, mas que representa [...] um esforço para consolidação da questão africana na pampa brasileira”.³⁸ Em outra correspondência, Laytano menciona “três pequenos trabalhos” que pretendia apresentar ao II Congresso Afro-Brasileiro: “A luta entre o negro e o alemão na sociedade gaúcha do século XIX – ‘Aproveitamento da força guerreira do africano nas conquistas militares do Rio Grande’ e ‘Sobrevivência negra num tema do folclore pampiano’”.³⁹ A proposta levada ao II Congresso foi *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*.

Outra situação que demonstra a articulação de Laytano, consiste na concessão de honrarias a Ramos: “A Sociedade de Investigações Africanistas e Ameríndias é a única a felicitar-se com o seu presidente honorário, título que lhe foi conferido unanimemente pela nossa modesta corporação [...]”.⁴⁰ Ao lado de outras entidades, Edison mencionou a Sociedade fundada em Porto Alegre na abertura do evento soteropolitano.⁴¹ Arthur Ramos citou a honraria em *As Culturas Negras no Novo Mundo*⁴², o que não passaria despercebido por Laytano: “[...] sinto-me no dever de confessar todo o meu mais puro reconhecimento pela citação com que me honrou em seu livro [...] permita-me a honra de agradecer [...] aquela citação salvadora do deserto do silêncio nacional”.⁴³

As redes de relações domésticas e transnacionais erigidas por Arthur Ramos e Dante de Laytano influenciaram a elaboração das comunicações apresentadas ao II Congresso Afro-Brasileiro, nas quais lugares sociais específicos foram designados a africanos e afrodescendentes. Ao lado das redes, devem ser consideradas particularidades decorrentes de filiações institucionais e práticas profissionais que ajudaram a conformar interpretações acerca da formação histórica, social e cultural do Brasil. Vejamos como Arthur Ramos debruçou-se sobre a problemática.

O lugar dos negros e das culturas africanas após a aculturação

Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil apresenta considerações sobre traços de culturas africanas que teriam sobrevivido no país, estabelecidos conforme a procedência desde África, a língua e a religião.⁴⁴ No texto, percebe-se a justaposição das muitas faces das obras de Arthur Ramos, concebidas entre a

38 FBN – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1610 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 10 de agosto de 1936.

39 FBN – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1612 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1936.

40 FBN – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1613 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 2 de março de 1937.

41 CARNEIRO; FERRAZ; GUIMARÃES. “Congresso Afro-Brasileiro da Bahia”. In: *O negro no Brasil*, p. 9.

42 RAMOS. *As Culturas Negras no Novo Mundo*, p. 249.

43 FBN – Arquivo Arthur Ramos - I – 35, 32, 1617 – Carta de Dante de Laytano a Arthur Ramos. Porto Alegre, 8 de novembro de 1937.

44 RAMOS, Arthur. “Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil”. In: *O negro no Brasil*, p. 147-157.

Psicologia Social e a Antropologia Cultural. Para compreender a comunicação do autor, é preciso acompanhar parte de seu percurso intelectual e profissional.

Natural de Alagoas, Arthur Ramos (1903-1949) ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia nos anos 20 apresentando, em 1926, uma tese sobre a *Loucura Primitiva*, com a qual concluiria sua formação.⁴⁵ Nesse período, fora livre docente na Faculdade, psiquiatra e legista do Manicômio Judiciário do Instituto Nina Rodrigues. No Instituto que, após sua entrada, passou a se chamar Sociedade de Medicina Legal, Criminologia e Psiquiatria da Bahia, Ramos instalou uma seção dedicada à psicanálise.⁴⁶ No Hospital São João de Deus, exerceria a perícia em casos judiciais.

Na década de 20, o enfoque patológico dos estudos sobre as raças realizados na Faculdade de Medicina, baseado na Antropologia Física, era deslocado do diagnóstico de degeneração para a regeneração.⁴⁷ Sob essa perspectiva, a noção de “eugenia” adentrava os debates médicos, propondo soluções para o problema que afetava o progresso da nação, entendido como decorrente da miscigenação.⁴⁸ Além disso, as referências a Freud em periódicos dedicados à psiquiatria na Bahia, são um exemplo das transformações em curso, no momento em que Ramos frequentava a Faculdade de Medicina.⁴⁹ Já nos anos 30, a eugenia seria explicada sob uma roupagem mais culturalista do que racial biológica, apesar de o darwinismo social ter permanecido em pauta entre os médicos.

Com o acúmulo dessas experiências e conhecimentos, em 1933, Arthur Ramos migra para o Rio de Janeiro onde, como membro da Escola Nina Rodrigues, iria reorientar suas preocupações médicas para o estudo das culturas negras. Em 1934, é nomeado chefe do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, onde desenvolveu pesquisas sobre a *criança-problema* que, assim como a raça negra e mestiça, tais como definidas por Nina Rodrigues, portaria comportamentos desviantes.⁵⁰ Para tanto, Ramos empregou a noção de *pensamento pré-lógico*, do etnólogo Lucien Lévy-Bruhl, em investigações que pretendiam elucidar a estrutura mental das crianças. Esta seria caracterizada pelo pensamento *patológico-primitivo*, anterior à consciência adulta e civilizada do eu, semelhante à dos esquizofrênicos e “primitivos”, demonstrando uma leitura da psicanálise enquanto uma teoria da ‘civilização’ ou ‘educação’ individual.⁵¹

O pensamento pré-lógico fora atribuído a praticantes de religiões de matriz africana em *O Negro Brasileiro* (1934), cuja proposta era estudar as culturas negras do Brasil, através do “sentimento religioso” das “tribos” africanas.⁵² Nesse sentido, elementos da natureza e objetos portadores de forças sobrenaturais e significações especiais seriam próprios a representações de mentes pré-lógicas.⁵³ O “fetichismo” era assim entendido como uma manifestação cultural resistente às religiosidades mais sofisticadas e lógicas, sendo os “primitivos” incapazes de compreender sua organização. O caminho para superar as “sobrevivências” da herança africana na religiosidade seria a educação de praticantes de *candomblés*,

45 As informações biográficas de Ramos foram retiradas, principalmente, de: ALMEIDA, “Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro”; CORRÊA, *As ilusões da liberdade*.

46 CORRÊA. *As ilusões da liberdade*, p. 230.

47 SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 215-217.

48 SCHWARCZ. *O espetáculo das raças*, p. 215-216.

49 SCHWARCZ. *O espetáculo das raças*, p. 217.

50 CORRÊA. *As ilusões da liberdade*, p. 247.

51 DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Arthur Ramos, Antropologia e Psicanálise no Brasil”. In: *Anais da Biblioteca Nacional: Seminário: Diários do Campo: Arthur Ramos, os Antropólogos e as Antropologias*. v. 119, [1999]. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2004.

52 RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro: etnografia religiosa*. v. 1. [1940]. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

53 RAMOS. *O negro brasileiro*, p. 235.

xangôs e *macumbas*.⁵⁴ Uma noção bastante distinta da Antropologia Cultural, já que, nesta última, a sobrevivência era o resultado da aculturação decorrida dos processos de *contato*, consistindo num fenômeno cultural e não, psicológico.

Por outro lado, ao expor o trabalho realizado junto a “macumbas” e comunidades pobres do Rio de Janeiro, supostamente precisadas da intervenção do Estado, Ramos afirmava não endossar a inferioridade do negro e de sua capacidade de civilização. Para o autor, as representações coletivas pré-lógicas existiriam “em qualquer tipo social atrasado em cultura [...] independente da questão antropológico-racial”, no sentido da Antropologia Física.⁵⁵ O olhar lançado sobre essas comunidades permitiu ao autor o incremento de seus estudos das culturas negras, interpretadas à luz da psicanálise. Com a entrada de Ramos na UDF, suas atividades se voltariam para a pesquisa antropológica culturalista, materializada em *As Culturas Negras no Novo Mundo* (1937).

Nesse trabalho, o autor localiza o Brasil no contexto do Novo Mundo, com base nas sobrevivências culturais africanas observadas na América, combinando as áreas de cultura definidas por Melville Herskovits às teorias da Psicologia Social. A comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro reflete este ponto de vista, na qual Ramos elogia o método histórico-cultural etnográfico e ressalta a permanência de questões de psicologia social ainda não resolvidas. Assim, o autor destaca o conceito proposto pelo “organicista da cultura” Leo Frobenius:

a cultura teria uma existência superindividual – a alma da cultura – como expressão de um tempo e de um lugar de civilização. É o que os norteamericanos chamam o “foco cultural”, isto é, um processo psicossocial, de interinfluência entre o indivíduo e o seu grupo de cultura. Interesses, atitudes, opiniões... só são compreendidos como expressão do indivíduo, dentro de uma área cultural. [...] O comportamento humano, em última análise, é um precipitado psicossocial, é a resultante da personalidade integrada na sua área cultural, sofrendo a influência de seu foco de cultura, “penetrada” pela alma de cultura.⁵⁶

A teoria de Frobenius consistia na delimitação de “círculos culturais” individuais e territorialmente localizados. Cada cultura neles inscrita se desenvolveria conforme seu ritmo e representaria um organismo absoluto semelhante aos seres vivos que atravessavam o nascimento, a idade infantil, viril e senil.⁵⁷ Apesar de afirmar a importância de Frobenius, por ter estabelecido as primeiras divisões territoriais das culturas africanas, Ramos buscou na “Ciência Social” (Psicologia Social e Antropologia) a superação do evolucionismo inscrito em certas noções de cultura.

Em *As Culturas Negras do Novo Mundo*, ao lado de Lévy-Bruhl, os postulados de Frobenius são vistos como uma alternativa ao “evolucionismo clássico”, também denominado método histórico, que colocou numa só escala todas as culturas materiais e imateriais que explicariam a história da humanidade, iniciando pelos “primitivos” e culminando nas sociedades “civilizadas”.⁵⁸ Os padrões modelares

54 RAMOS. *O negro brasileiro*, p. 236.

55 RAMOS. *O negro brasileiro*, p. 32.

56 RAMOS. “Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil”, p. 151.

57 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 46.

58 Ramos refere-se, especialmente, ao britânico Edward Tylor que, no final do século XIX, concebeu o conceito de *cultura*, por considerá-lo uma palavra neutra que permitiria pensar a unidade dos seres humanos, rejeitada por vertentes da Antropologia Física. Em contrapartida, o conceito de Tylor fora elaborado tendo em vista a noção de *civilização*, cuja operacionalidade seria perdida se aplicada a “primitivos” não plenamente civilizados, incapazes de produzir culturas materiais sofisticadas. As culturas produzidas por

eram os europeus ocidentais que, para Ramos, “[...] serviram apenas para apontar os ‘negros da África’ como grupos humanos inferiores”.⁵⁹ Pretendendo subverter a hierarquia evolucionista, o autor dizia defender a ideia de uma “evolução de estruturas” familiares, econômicas, religiosas ou uma “evolução psicológica do indivíduo dentro das suas culturas”.⁶⁰

Sobre esse aspecto, é importante colocar que Lucien Lévy-Bruhl rejeitava a divisão das culturas em mais ou menos civilizadas.⁶¹ A teoria do pensamento pré-lógico fora elaborada para abordar as particularidades das mentalidades de grupos diferentes nem sempre portadores da mentalidade lógica do pensamento ocidental.⁶² Assim, a ideia de “primitivo” pretendia-se esvaziada de evolucionismo, já que não pressupunha desigualdades, mas diferenças entre grupos sociais. Porém, é importante pontuar que Lévy-Bruhl aceitava discursos colonialistas, a partir dos quais fora construída a própria noção de “primitivo” no final do XIX.⁶³

Em sua comunicação, admitindo a pré-civilidade mental dos africanos, Arthur Ramos diz ter se apropriado da metodologia de Herskovits em pesquisas sobre religiões e folclore, nas quais foram identificados “padrões diferentes de culturas” e os grupos detentores dos mesmos.⁶⁴ Tratava-se, nesse caso, do método histórico-etnográfico inicialmente desenvolvido por Franz Boas, definido como “método indutivo”, que partia da observação empírica da constituição histórica das culturas em espaços geográficos delimitados.⁶⁵ Após o exame dos processos externos (influência do meio, no mais amplo sentido) e internos (influência psicológica e de elementos internos à cultura), comparava-se as culturas, de modo a perceber as conexões estabelecidas entre elas ao longo do tempo, até se chegar às semelhanças observadas no presente. Essas conexões seriam explicadas pelo *contato* e, posteriormente, pela *difusão* de elementos culturais diferenciados.

As *áreas culturais* identificadas por Herskovits na África e apresentadas por Ramos foram elaboradas com base no método indutivo, operado através da etnografia e de fontes escritas. Em cada região existiria um *centro cultural* formado pela parte da área onde os traços estariam presentes em sua forma mais pura. Quanto mais afastadas do centro, mais marginais seriam as culturas, cuja localização representaria os pontos de suas fronteiras (*bordelines*). Percebidas a língua, a religião e outros elementos de organização social de etnias definidas por esses critérios, Herskovits estabeleceu as fronteiras citadas, sendo esta a classificação utilizada em seu quadro de africanismos.

Sobre as fontes escritas, Lívio Sansone menciona que muitos antropólogos, incluindo Herskovits, buscaram informações em relatos deixados pelo coronel Alfredo Ellis, agente colonial inglês.⁶⁶ No final do século XIX, Ellis classificou a região do Golfo de Benim como portadora de uma das culturas mais adiantadas da costa ocidental da África, observando os trabalhos em metal, a sofisticação dos cultos religiosos e a organização social dos iorubás. Desde então, se estabeleceu uma

diferentes sociedades representariam estágios diferenciados da *cultura universal*. TYLOR, Edward Burnett (1871). “A Ciência da Cultura”. In: CASTRO, Celso (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazier*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 69.

59 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 42.

60 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 59.

61 STAUM, Martin. “Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914)”. *Journal of the History of Ideas*, v. 65, n. 3, jul, 2004. p. 493-495.

62 CUCHE. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*, p. 60.

63 STAUM. “Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914)”, p. 495.

64 RAMOS. “Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil”, p. 151.

65 BOAS, Franz. (1896). “As limitações do método comparativo da antropologia”. In: CASTRO, Celso (org.). *Franz Boas: Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007, p. 25-40.

66 SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador: EDUFBA/PALLAS, 2007, p. 100.

hierarquia entre as etnias africanas conforme esse padrão. As impressões de Ellis foram informadas por versões da hipótese camítica, interpretação da Bíblia que considerava as civilizações da África negra herdeiras de povos do Mediterrâneo ou de Israel. Portanto, as classificações de áreas culturais de Herskovits, em certa medida, parecem ter reproduzido perspectivas europeizadas.

Em *Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil*, Ramos pontua que a delimitação de áreas de cultura no Brasil não correspondia à mesma utilizada para a África, afirmando que, na “transplantação” das culturas africanas, alguns fatores teriam levado à contaminação de sua pureza: a desproporção dos contingentes étnicos desembarcados no país; as migrações secundárias que geraram o “entrosamento” entre bantos e sudaneses; a escravidão que teria apagado do “negro do Novo Mundo” muitas de suas características originais; as formas “caricaturais” nas quais teriam se transformado as culturas como estratégia de resistência à opressão branca.⁶⁷ A perda da originalidade teria ocorrido também, devido à *aculturação* das culturas africanas, quando em *contato* com as culturas brancas no Brasil.⁶⁸ Vale ressaltar que, especificamente nesse texto, Ramos não imputa conotações biológicas à mistura entre culturas brancas e negras.

Porém, em *As Culturas Negras do Novo Mundo*, o autor coloca:

[...] impõe-se a discriminação prévia das suas culturas originárias [dos negros]. Na antropologia cultural e na psicologia social, este critério visa corrigir os simples métodos da antropologia física, adstrita à noção de raça. Com o termo de “raça”, com efeito, a antropologia designa “um grupo de homens que se aparentam unicamente pelos seus caracteres físicos, isto é, anatômicos e fisiológicos, em outros termos, por seus caracteres somáticos”. O seu estudo não nos interessa no momento; ficará reservado para um futuro volume dedicado à biologia do Negro Brasileiro. Em vez de raças devemos, pois, estudar *culturas*.⁶⁹ [grifo no original]

Aparentemente, Ramos subverte a noção de “raça”, ao propor o estudo das culturas. Contudo, considerar a “biologia do Negro” como elemento a ser tratado em outro momento, ainda que o autor buscasse esvaziá-la de conteúdos hierarquizantes, parece contradizer sua intenção. Destacando trabalhos de Gilberto Freyre e outros especialistas, Ramos discorre sobre o papel da escravidão nas relações raciais brasileiras, responsável pela alteração da essência das culturas africanas, porque condicionante de “dois processos psicossociais: a) a separação dos indivíduos em seus grupos de cultura; b) os contatos de raça e de cultura com a miscigenação, na ordem biológica, e a aculturação na ordem cultural”.⁷⁰ Embora Ramos estivesse mais atento às relações de cultura do que nas de raça, sua apreensão do culturalismo se dá de maneira contraditória.⁷¹

No tocante às relações raciais da Sociologia, Ramos menciona a pesquisa de Donald Pierson realizada na Bahia, apresentando a linha de cor (*color line*) como um marcador resultante de contatos raciais entre brancos e negros, oscilantes entre a ausência de antagonismos raciais e a ativação de preconceitos de cor.⁷² Tais

67 RAMOS. “Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil”, p. 148.

68 RAMOS. “Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil”, p. 154-155.

69 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 36.

70 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 355.

71 Exemplo disso é a enunciação de classificações de cor elaboradas por Edgar Roquette Pinto, referenciadas em caracteres fenotípicos, embora não se tratasse de um racismo científico mais duro: 1) Leucodermos (Branco), 2) Faidodermos (Branco x Negro), 3) Xantodermos (Branco x Índio), 4) Melanodermos (Negros), considerando os demais tipos (Cafusos, Xibaíes, Caborés...) numericamente insignificantes”. RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 356.

72 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 355.

afirmativas, por sua vez, acrescentam um segundo elemento contraditório à tese de Ramos, visto que a noção de *raça* proposta pela Escola de Chicago é decorrente de desdobramentos políticos e sociais que as raças, supostamente naturais, adquiriram principalmente nos Estados Unidos, marcados pela segregação racial oficial.⁷³

A afirmação de Arthur Ramos, em *Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil*, referente ao contato entre brancos e negros no país, parece pressupor que as culturas previamente existentes na nação seriam as brancas, excluindo-se, ao mesmo tempo, a presença indígena. Talvez, esse esquema proceda dos postulados de Freyre, adotados por Ramos, sobre a ação civilizadora de escravos fugidos (supostamente portadores de culturas europeias) sobre os índios. As culturas indígenas teriam desaparecido devido às Leis de Tarde, referentes à imitação das culturas de povos mais adiantados (negros civilizados) pelos mais atrasados.⁷⁴ Aos negros parece ter sido delegado o lugar de escravizados “estrangeiros”, misturados aos brancos pela aculturação e pela miscigenação. Ainda assim, Arthur Ramos considera que as culturas negras não se limitaram a aceitar os padrões brancos, a estes emprestando elementos em forma de *sobrevivências*, cuja relevância aumentava quanto mais se aproximavam das culturas “originais”. Para o autor, seriam três os padrões no Brasil:

1°. Cultura proveniente da sub-área ocidental [...] introduzida pelos negros gêge-yorubanos. A Bahia conserva ainda em formas relativamente puras, a religião, o culto e outras instituições de origem gêge-nagô [...]. 2°. Culturas provenientes da área do Congo, com elementos das II e III áreas. Foram introduzidas pelos negros de língua bantu, principalmente os anglo-conguenses e moçambiques [...]. Na religião: sobrevivências do culto de Zambi e do culto dos antepassados [...]. No folclore: sobrevivências cerimoniais [...]. Língua geral: o quimbundo, já diluído e incorporado à língua nacional [...]. 3°. Cultura proveniente da zona do Sudão Ocidental. Foi introduzida pelos negros haussás e outros de influência muçulmana. É o grande grupo dos negros malês da Bahia, cujo trabalho de aculturação com outras culturas negras e com as culturas brancas provocou movimentos [...] contra-aculturativos.⁷⁵

Na comunicação, Ramos não aprofunda sua análise, porém, em *As Culturas Negras do Novo Mundo*, apresenta detalhadamente estas e outras divisões elaboradas por Herskovits. Em relação à subárea ocidental (III-A), formada pelas culturas gêge e iorubá, Ramos a considera uma subdivisão ocidental da área oriental do gado (III), organizada pelo trato com o gado, econômica e ritualmente.⁷⁶ Seriam suas características: especialização da pecuária, assegurada pelo trabalho em ferro e pela propriedade privada; casas bem construídas em relação aos povos nômades da área II (bosquímana), cuja cultura seria primitiva, porque pobre em termos materiais e religiosos; poligamia para os homens, relacionada à posse do gado.⁷⁷ Com uma organização relativamente complexa, implicitamente considerados os padrões ocidentais de civilização, esta área incluiria “tribos” bantos.

Já a área do Congo (IV) é compreendida como uma das mais importantes para o estudo das culturas negras do Novo Mundo.⁷⁸ Para Ramos, os Congo-

73 BACELAR, Jeferson. “Donald Pierson e os Brancos e Pretos na Bahia”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 3, n. 7, outubro de 1997, p. 129-143.

74 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 357.

75 RAMOS. “Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil”, p. 155-156.

76 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 65.

77 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 64.

78 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 65.

Angola de língua banto foram duas das etnias que preservaram suas instituições sociais e elementos de cultura no Brasil, tais como os cultos religiosos e os ritos cerimoniais. Suas principais características seriam: organização agrícola; vida sedentária em aldeias; vestuário de tecidos; alto grau de desenvolvimento da cerâmica e de artefatos de ferro; fabricação de utensílios domésticos, armas de caça e pesca; fabricação de objetos da “arte africana” (máscaras, desenhos geométricos e objetos decorativos); fabricantes de tambores, usados em todos os atos da vida social. Ramos destaca ainda que os Congo-Angola possuiriam um “cerimonialismo que evoca as pompas europeias”.⁷⁹ A organização matrilinear e os cultos totêmicos completam esta descrição, novamente significada com base em padrões ocidentais. Por outro lado, ao admitir a presença banto nos candomblés, Ramos quebrava uma hegemonia histórica de estudos de culturas africanas, debruçados quase exclusivamente sobre os sudaneses.

Por fim, Arthur Ramos coloca em seu quadro a área do Sudão Ocidental (VII), de onde procederiam os malês ou haussás, região marcada por “lutas seculares entre a civilização maometana e as culturas aborígenes”, subjugadoras de culturas não islâmicas.⁸⁰ Por conta da história agitada e violenta dos sucessivos reinos do Sudão Ocidental, o comportamento psicossocial dos malês teria se tornado agressivo, característica transportada ao Novo Mundo que influenciaria eventos como a Revolta dos Malês (1835).⁸¹ Talvez, devido a esse olhar sobre os sudaneses – grande capacidade civilizatória, traços fortes de personalidade e superioridade em relação às demais etnias – Ramos tenha destacado a reação “contra-aculturativa” como marca de seus descendentes no Brasil.

Escritos de Ramos foram permeados por contradições decorrentes de tentativas de acomodação entre paradigmas incompatíveis, já que no culturalismo, por exemplo, não existia hierarquias culturais, ao contrário da Psicologia Social. Ainda assim, em *As Culturas Negras do Novo Mundo* parece haver uma apropriação da noção de cultura mais antropológica do que psicológica:

Não existe um homem africano [...] no sentido da velha etnografia. Os vários padrões de cultura examinados vão definir outros tantos tipos psicológicos dos habitantes da África. Não existe ali apenas o habitante da selva equatorial, o “selvagem” antropófago, adorador de fetiches e vivendo na promiscuidade da horda primitiva. Esta concepção “branco-europeia” deve desaparecer. Na África, existem representantes de diversíssimos padrões de cultura.⁸²

Em *Culturas Negras: problemas de aculturação no Brasil*, os lugares destinados aos afro-brasileiros corresponderam à sua alocação em culturas de matriz africana definidas, conforme *sobrevivências* atravessadas pela *aculturação*. Esta era uma perspectiva africanista legítima de compreensão da presença negra na formação cultural e histórica do Brasil que, em Ramos, somou-se à Psicologia Social. Em maior ou menor medida, os grupos negros foram pensados de maneira evolucionista, embora o autor tenha procurado destituir suas interpretações deste viés.

Se para Arthur Ramos a Antropologia Cultural e a Sociologia apareciam como paradigmas parcialmente instrumentalizados, em Dante de Laytano as menções a estas perspectivas seriam diferentes. Preocupado em responder à agenda de pesquisa nacional, dando conta das dinâmicas internas à historiografia sul-rio-

79 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 66.

80 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 70.

81 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 71.

82 RAMOS. *As culturas negras no Novo Mundo*, p. 42.

grandense, o intelectual manteve conceitos e métodos da Antropologia Física, ainda recorrentes em espaços sob os quais produzia seus escritos.

O lugar dos afrodescendentes no espírito guerreiro do Rio Grande do Sul

Em *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*, Dante de Laytano localiza o papel dos afrodescendentes em atividades, sob as quais, teria sido constituído um dos espaços de convivência democrática entre estancieiros luso-brasileiros e empregados negros: o acampamento militar.⁸³ Esta interpretação expressa uma obra elaborada ao longo do extenso percurso profissional de um intelectual polígrafo dedicado a integrar o Rio Grande ao quadro historiográfico nacional.⁸⁴

Dante de Laytano (1908-2000) nasceu em Porto Alegre onde cursou a Faculdade de Direito.⁸⁵ Para além do jornalismo, da docência escolar e da promotoria pública, o autor participou do “grupo da Livraria do Globo” que, nos anos 30, aglutinava parte das elites políticas e culturais sulinas. Definida como “a confluência de uma multiplicidade de empresas”, a editora Globo passou por diversas fases, empreendendo publicações que perpassaram a literatura estrangeira, uma produção regionalista calcada em panteões heroicos e textos centrados na incorporação de certos grupos étnicos à suposta especificidade das elites locais.⁸⁶ Nesse ambiente, Laytano escreveria seus primeiros textos literários. Posteriormente, sócios fundadores do IHGRS o chamaram para realizar pesquisas históricas no Museu Júlio de Castilhos, instituição da qual fazia parte desde 1934.

O ingresso do autor no IHGRS ocorreu em 1935, instituição na qual se apropriou de teorias, métodos e disciplinas reportados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), incluindo estudos sobre tribos africanas, as raças formadoras da nação e as tensões entre história regional e nacional.⁸⁷ As relações entre nação e região apareceriam como um problema historiográfico no Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (1860). O projeto do IHGPSP consistia em elaborar uma história calcada em glórias militares ocorridas na defesa das fronteiras imperiais, nas especificidades do português falado no sul (misto de línguas indígenas, africanas e portuguesa), e nos valores brasílicos dos homens mais “civilizados” da campanha.⁸⁸ A pretensão da elite política e letrada era, justamente, enquadrar a história da Província nos limites socioculturais do Império.

83 LAYTANO, Dante de. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”. In: *O negro no Brasil*, p. 96-118.

84 NEDEL, Letícia Borges. “Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta”. (Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999).

85 As informações sobre o autor foram retiradas, principalmente, de: NEDEL, Letícia Borges. “Paisagens da Província”; BARCELLOS, Daisy M. “Dante de Laytano e o folclore no Rio Grande do Sul”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n.7, out. 1997, p. 252-275.

86 CORADINI, Odaci L. “As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. *Estudos Históricos*, n. 32, 2003, p. 3.

87 GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007; CEZAR, Temístocles. “Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual”. In: PESAVENTO, Sandra Jatáhy. (org.). *História Cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

88 LAZZARI, Alexandre. “Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)”. (Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2004, p. 37).

Em 1936, Dante de Laytano escreve o ensaio intitulado *Os africanismos do dialeto gaúcho*, cuja proposta era desvelar a procedência dos negros que, junto à influência castelhana e portuguesa, teriam emprestado aos rio-grandenses as características de seu vocabulário.⁸⁹ Para tanto, o autor estabeleceu a pertença étnica de “tribos” africanas conforme as línguas por elas faladas (especialmente as de origem banto), inscrevendo-as no território pampiano. Os “africanismos” incluíam os negros na historiografia, significando, para a nova geração de estudiosos do IHGRS, a superação de uma perspectiva separatista questionada desde o final dos anos 20, quando da crise econômica e política que pautaria a redefinição do papel da história na sociedade sulina.⁹⁰

Esse modelo, fundado com o objetivo de diferenciar o Rio Grande do Sul política e economicamente de outras regiões brasileiras, fora preconizado por Alfredo Varela, autor de extensa obra sobre a Revolução Farroupilha, que defendia a ideia da formação do Rio Grande do Sul baseada mais nas relações estabelecidas na fronteira platina do que em laços afetivos, étnicos e culturais luso-brasileiros.⁹¹ Para quebrar esse paradigma, um grupo de historiadores polígrafos defensores do lusitanismo – então definido como o amálgama da identidade nacional – procedeu a um “patrulhamento historiográfico” das teses separatistas.⁹² Tais transformações corresponderam, igualmente, à profissionalização da pesquisa histórica. As incursões em arquivos influenciadas pelo positivismo seriam convertidas em selo de cientificidade, em detrimento da tradição oral e dos “relatos fidedignos” usados por Varela em seus ensaios.⁹³

Dante de Laytano abraçou a perspectiva lusitana, especialmente em *História da República Rio-Grandense* (1936), livro que pretendeu redefinir os marcos políticos e sociais da fundação da República de Piratini, fato considerado “nitidamente brasileiro”, assim como a Revolução Farroupilha dedicada à defesa do Império Português.⁹⁴ Para incluir o Rio Grande do Sul nos contornos nacionais, Laytano exaltou as qualidades da colonização açoriana, destacou a presença negra no período escravista e atribuiu um caráter de vanguarda republicana federalista à Revolução.

Na comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro, o autor destaca a participação dos negros na formação histórico-social do Rio Grande do Sul, reproduzindo alguns desses argumentos, reportando-se ao povoamento primordial do Brasil Meridional. O contexto era o das guerras entre as coroas ibéricas pela demarcação de fronteiras no século XVIII. Esses primeiros povoadores seriam alguns “raros paisanos brancos”, e uma “massa de índios”.⁹⁵ Dentro deste quadro, Laytano discorre sobre a colonização luso-brasileira na construção dos “alicerces” do Rio Grande, quais sejam o acampamento militar e a estância. Este cenário é dividido em duas unidades: grandes extensões de terras para criação de gado, correspondentes à organização social e familiar encabeçada por estancieiros (paulistas e fronteiriços brasileiros); e agricultura estruturada em pequenas propriedades, atribuída aos lusitanos. Com o tempo, unidades maiores teriam substituído roças e granjas, originando novas estâncias ou charqueadas. Haveria também a pouca participação de bandeirantes e rio-platenses, bem como as entradas massivas de “ilhéus açorianos” e militares de alta patente.

89 LAYTANO, Dante de. “Os africanismos do Dialeto Gaúcho”. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* – II Trimestre do Ano XVI. Porto Alegre, 1936, p. 21.

90 NEDEL. “Paisagens da Província”, p. 133.

91 NEDEL. “Paisagens da Província”, p. 120-122.

92 NEDEL. “Paisagens da Província”, p. 138.

93 NEDEL. “Paisagens da Província”, p. 136.

94 LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina, 1983. p. 31.

95 LAYTANO, “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 96.

Em *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul* a origem do “gaúcho”, tipo social sul-rio-grandense por excelência, é atribuída à combinação de contingências geográficas e populacionais.⁹⁶ Dentre suas variações, os pampianos constituiriam o autêntico representante das tradições folclóricas sulinas, acomodadas em suas linhas de expressão cultural pelas contribuições açorianas, integradas ao território devido à capacidade de adaptação dos ilhéus às condições geográficas do Rio Grande.⁹⁷ É o que Laytano denominou “ação sociológica” do meio, somente possível por conta de uma suposta predisposição dos portugueses em praticar, no Pampa, atividades econômicas com as quais já estariam acostumados.⁹⁸

Segundo Letícia Nedel, a localização regional (geográfica) do gaúcho combinada à herança portuguesa significou, em Laytano, “a execução prática da máxima do regionalismo freyreano”, centrado na premissa de que a Nação seria apreensível somente se tomada em suas partes formadoras de um todo.⁹⁹ O “gaúcho” responderia aos critérios de brasilidade quanto à sua lusitanidade, preservando, ao mesmo tempo, peculiaridades atribuídas à sua constituição enquanto “tipo”. Dentre elas, destacava-se a composição étnica do “povo” sulino, composto pelo gaúcho (peão, mestiço de brancos com índios), bem como por alemães, italianos, fluminenses, baianos, lagunenses, paulistas, pernambucanos e negros escravos.¹⁰⁰

Por sua vez, as noções de *acampamento militar* e *estância* utilizadas por Laytano encontram-se em *A Formação do Rio Grande do Sul* (1927), de Jorge Sallis Goulart, para quem os negros teriam sido camponeses, soldados e escravos das charqueadas, porém desnecessários nas estâncias, “uma vez que o trabalho de criação de gado não requeria senão poucos homens [...]”.¹⁰¹ Inspirado em Vidal de la Blache, Goulart entende o ambiente geográfico como uma possibilidade de influência do meio natural sobre os fatos históricos, considerando a interferência das forças sociais ou raciais sobre fatores humanos, inter-relacionadas a condições ambientais.¹⁰² O autor corrobora duas “leis sociológicas”: leis de combinação (a predisposição racial e social dos homens agiria em consonância com o meio, gerando sociedades avançadas); e leis de oposição das forças (as dinâmicas sociais seriam rearranjadas conforme contingências do meio em tensão com os homens).¹⁰³

A geografia seria preponderante sobre povos de fator racial e social inferior, tais como os africanos, moldados pelo clima e pelo relevo, ao contrário dos países de colonização europeia, “explorados por povos organizados, com um patrimônio de ideias e de tradições” mais adiantado, onde as leis sociológicas culminariam no progresso.¹⁰⁴ No Brasil, este seria o caso do Rio Grande, cujas tendências democráticas teriam resultado da ação dos primeiros colonizadores brancos lusitanos sobre o meio físico. Nesse sentido, o trabalho pastoril “irmanaria” patrões e empregados, já que “os modestos trabalhadores que aqui chegaram não traziam desigualdades de castas, nem mesmo de classes”.¹⁰⁵ Goulart descreve a casa da estância como simples e livre das opulências latifundiárias nortistas, afirma

96 Naquele contexto, “gaúcho” significava habitante do Pampa e gentílico do estado. NEDEL, *Paisagens da Província*, p. 181.

97 LAYTANO. *História da República Rio-Grandense*, p. 45.

98 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 98.

99 NEDEL. *Paisagens da Província*, p. 180.

100 LAYTANO. *História da República Rio-Grandense*, p. 44.

101 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 99.

102 GOULART, Jorge S. *A Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martim Livreiro/Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

103 GOULART. *A Formação do Rio Grande do Sul*, p. 9.

104 GOULART. *A Formação do Rio Grande do Sul*, p. 10.

105 GOULART. *A Formação do Rio Grande do Sul*, p. 11.

a intimidade entre o peão e seu cavalo, e exalta a “altividade” e benevolência, intrínsecas ao espírito do gaúcho estancieiro tolerante com sua escravaria.

Na comunicação apresentada ao II Congresso Afro-Brasileiro, Dante de Laytano menciona a importância atribuída por Gilberto Freyre às interações entre casa grande e senzala, postulado central à teoria da democracia racial, apropriado para pensar o espírito democrático do estancieiro.¹⁰⁶ Essa perspectiva torna-se mais clara quando Laytano a articula às considerações de Goulart sobre a sociedade sulina do século XIX, na qual insere-se a ação do negro em estâncias “mediócras”, convertidas em acampamentos militares “sem o aparato dos quartéis e dos palácios”.¹⁰⁷ Na morada desprovida de “pompas”, o negro receberia tratamento de hóspede por ter lutado junto ao fazendeiro. Nesse ambiente, suas origens guerreiras teriam adquirido características “eminente populares”, devido a sua “ausência de tradição” e “acanhamento do espírito”.

Em Dante de Laytano, a participação negra na formação do Rio Grande do Sul aparece subordinada à sociedade já construída pelo espírito democrático dos estancieiros. Ou seja, embora o autor apontasse o considerável “coeficiente” de afrodescendentes existentes na Província (especialmente nas charqueadas), tal constatação não vai além dos cenários pré-estabelecidos na historiografia, mesmo que Laytano dialogasse com especialistas para além de seus marcos institucionais. Sobre esse aspecto, é bom ressaltar que a estância e as relações nela estabelecidas foram consideradas a encarnação das tradições sulinas, merecendo centralidade interpretativa. As citações a alguns autores de renome na comunicação de Laytano parecem ter expressado mais as tentativas em angariar espaços de enunciação do que a apropriação de pressupostos diferenciados.

É dessa maneira que Laytano elabora *O negro e o espírito guerreiro na formação do Rio Grande do Sul*. Com o objetivo de quebrar a “quietude tumular” referente ao negro na historiografia, o autor cita assentamentos de batismo e estatísticas militares do século XVIII, números coletados por Eleutério Camargo no século XIX, e os relatos de viagem do naturalista Auguste Saint-Hilaire. As estatísticas militares apresentariam dados significativos sobre contingentes de negros em Triunfo, Cachoeira, Anjos da Aldeia, Rio Pardo, Mostardas e Viamão.¹⁰⁸ Assim, o autor chega a duas conclusões: 1) os negros teriam entrado no Rio Grande juntamente com lusos, bandeirantes e fronteiriços nos anos 1700; 2) e teriam desaparecido entre 1824 e 1835, período em que a predominância do trabalho livre, a emancipação política do Brasil e a entrada de imigrantes europeus teriam substituído os escravos.¹⁰⁹

Embora Laytano tenha se apoiado em fontes oficiais, tão caras aos procedimentos metodológicos positivistas do IHGRS, a presença negra entre os primeiros povoadores não figurou em suas interpretações, sendo mantida a preponderância lusitana nos primórdios do Brasil Meridional. Desta forma, a ênfase permaneceu sobre as qualidades naturais de estancieiros democráticos que, ao lado dos peões, originariam o gaúcho no ambiente pampiano. Está também subentendida a articulação entre classe e raça nesse panorama: invariavelmente, os estancieiros eram lusitanos puros (ou descendentes); os peões, mestiços de índios com brancos, adaptados às lides campeiras; e os pobres, negros e mestiços de negros, nunca definidos como o “gaúcho”.

Ao restringir os afrodescendentes à escravidão, Laytano enuncia o seu

106 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 99.

107 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 100.

108 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 102.

109 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 103.

desaparecimento em detrimento de contingentes brancos, para o qual é apresentada uma explicação histórica (substituição de mão de obra com o fim do escravismo) e racial, o caldeamento entre negros e indígenas, atestado por Saint-Hilaire.¹¹⁰ A suposta inexistência de pessoas mestiças de brancos com negros ajudou a construir a ideia do gaúcho como um homem branco, não só devido à ascendência portuguesa, como também à ausência de pretos no ponto da mistura. Afinal, a raça negra teria se misturado à indígena, sendo a branca preservada ou misturada ao sangue índio, no caso dos peões. Levando esta lógica à possibilidade última de interpretação, pode-se deduzir que, para Laytano, no Rio Grande do Sul não existiriam “mulatos”. Menos ainda, pretos:

Não fomos nenhum bom mercado de escravos nem sequer constamos dos primeiros mapas do povoamento negro do Brasil. O Rio Grande, se deslocando quase três séculos da civilização brasileira, teve, em compensação, uma menor dosagem preta na formação de seu tipo mestiço. Ainda, o atrito negro mais se enfraquecia diante da colonização europeia que processamos em menos de cinquenta anos de desbravamento do nosso território pela metrópole.¹¹¹

É interessante notar que, em *História da República Rio-Grandense*, o autor admite a miscigenação entre brancos e negros, ao mesmo tempo em que busca se desprender da “civilização brasileira” mestiça, justo numa obra em que intencionava emprestar brasilidade ao Rio Grande. Nesse sentido, aparentemente, há uma contradição entre esta intenção de Laytano e aquilo que ele escreve, já que para obter o rótulo da brasilidade era preciso corroborar as misturas entre brancos e negros em suas interpretações. Porém, atentando para os contingentes brancos enfatizados neste livro e em *O negro e o espírito guerreiro*, a região Sul estaria em perfeita harmonia com o todo nacional amalgamado por luso-descendentes.

A decadência da escravidão é também explicada pelo espírito democrático natural ao estancieiro, pois o escravismo não seria compatível com a “linha geral do sentimento gaúcho que [se] traçava num desprezo pelas manobras de acumular dinheiro com o capital humano”.¹¹² Necessidade dos tempos áureos da agricultura e das charqueadas, bem como da defesa de fronteiras, a escravatura perderia o seu protagonismo:

Todo o norte e o centro do Brasil apelava para o trabalhador negro, enquanto o remédio para corrigir o desastre agrícola do sul era o de trazer o camponês alemão. A política imigratória do Império não procurou somente atender as razões do clima, porém o fundo psicológico do novo povoador [...]. Um mundo diferente, a terra virgem, um céu bem claro e isolado para criarem novos núcleos, novas colônias, novas roças, que foram novas vilas e novas cidades da América livre e ainda meio bárbara.¹¹³

Para além da suposta compatibilidade entre alemães e as condições geográficas do Rio Grande, são dignas de atenção as comparações entre o norte, o centro e o sul do Brasil. Em Jorge Salis Goulart, por exemplo, a vida dos estancieiros gaúchos foi comparada à dos latifundiários nordestinos, sendo estes últimos considerados cultivadores da opulência e do luxo. A esta máxima, Laytano

110 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 102-103.

111 LAYTANO. *História da República Rio-Grandense*, p. 205.

112 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 106.

113 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 104.

acrescenta uma nova designação às demais regiões: a de mestiças e negras, devido à perduração da escravidão por mais tempo e a conseqüente recepção de maiores contingentes de pessoas pretas. Nesse sentido, se analisada relacionalmente, a construção de tipos racializados tem sempre em vista o “outro”, aquele que é diferente e menos civilizado. Ao menos é o que Laytano afirma implicitamente: “Oliveira Vianna, na sua *Evolução do Povo Brasileiro* reafirma o conceito de que ‘o gaúcho atual é o mais organizado dos nossos tipos regionais’”.¹¹⁴

Oliveira Vianna influenciou inúmeros intelectuais que escreveram sob um viés regionalista. Um dos seus mais conhecidos livros é *Populações Meridionais do Brasil* (1920), no qual o autor oferece uma comparação entre Rio Grande do Sul e São Paulo, estados para ele representantes do Brasil Meridional.¹¹⁵ Seu trabalho é definido como “uma tentativa de aplicação” da “antropo-geografia” de Ratzel e de teorias do darwinismo social de Gobineau e Lapouge, à interpretação e estudo da formação nacional.¹¹⁶ Contrário “ao preconceito da uniformidade do nosso povo”, Vianna percebe nas diferenças entre caldeamentos étnicos (sinônimo de raciais) e em fatores sociais e históricos, as condições para a formação de três sociedades: a dos sertões, a das matas e a dos pampas. A cada uma, corresponderia um “tipo”: o sertanejo, o matuto e o gaúcho.

No caso do Rio Grande do Sul e de São Paulo, a mistura entre brancos e índios teria predominado ao lado da quase inexistência de negros, sendo a democracia no Pampa e no Planalto Paulista a principal característica sociológica dessas regiões. Esse e outros postulados foram teoricamente elaborados com base em classificações raciais que atestariam a superioridade civilizatória das populações meridionais em relação às do norte. A tese do autor é desenvolvida sob a perspectiva do determinismo racial, na qual a constituição física de tipos sociais determinaria sua capacidade de civilização e progresso. Em *História da República Rio-Grandense*, a citação a Oliveira Vianna vem após a exposição de estatísticas de povoamento da Capitania de São Pedro para o século XIX. Mesmo admitindo a entrada de negros, Laytano apresenta dados que indicavam o progressivo branqueamento da população sulina, em detrimento de locais como Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, onde a proporção de pretos e seus mestiços seria mais elevada.¹¹⁷

No Brasil, um dos intelectuais que elaboraram e se apropriaram do branqueamento foi Silvio Romero, letrado que inspiraria Gilberto Freyre. No final do século XIX, Romero enunciava a miscigenação biológica como um mecanismo capaz de salvar o país da desorganização social e da impossibilidade de progresso, atribuída aos negros que experimentavam a abolição. Na revista do IHGB, suas interpretações foram colocadas ao lado de teses mais pessimistas que entendiam a “questão racial” como condenatória ao futuro da Nação.¹¹⁸ A ideia do “caldeamento” fora, assim, relacionada à necessidade de imigrantes brancos para a substituição da mão de obra negra, considerada pouco apta para o trabalho livre.¹¹⁹

Em *O negro e o espírito guerreiro na formação do Rio Grande do Sul*, são combinadas classificações baseadas na procedência e em marcadores físicos para caracterizar os negros. De início, Laytano cita as reflexões de Nina Rodrigues acerca

114 LAYTANO. *História da República Rio-Grandense*, p. 207.

115 VIANA, J. F. de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra [s.d.].

116 VIANA. *Populações Meridionais do Brasil*, p. 14.

117 “O Rio Grande do Sul tinha a seguinte população negra: 1814 – 1.439; 1822 – 22.000; 1835 – 100.000; 1872 – 148.770; 1884 – 80.000”. LAYTANO. *História da República Rio-Grandense*, p. 207.

118 SCHWARCZ. *O Espetáculo das raças*, p. 115.

119 SEYFERTH, Giralda. “Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização”. In: MAIO, Marcos C. e SANTOS, Ricardo V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 41-58.

dos iorubás do Sudão Ocidental, aos quais foram atribuídas características culturais e religiosas mais complexas, em comparação a outras etnias africanas. Segundo Laytano, Nina teria imputado ao islamismo – principal laço de solidariedade dos malês – o espírito guerreiro e a capacidade de construção de grandes impérios. Nesse aspecto, o autor discorda de Nina, afirmando a existência desse espírito em todos os povos negros, justificando assim a pouca presença de iorubás no Rio Grande do Sul:

Os nossos contingentes de negros arabizados foram pequenos, mas a superioridade racial do tipo explica um fácil predomínio sobre o resto da população africana [...]. Jorge Salis Goulart [...] falando do povoamento do Rio Grande: “Quanto aos negros, a mesma diversidade, a não ser a elevada dolicocefalia”. Os negros arabizados eram de elevada estatura e o índice de dolicocefalia foi, na escola de Chamberlain, o tipo para o homem superior. Essas meditações podem ser substituídas pela afirmação de que o negro, ao chegar ao Rio Grande procedia dos mercados de escravos do Rio ou vinham dos batalhões das outras capitanias, mas se diria que não vieram diretamente da África. Nessa mescla, os tipos inferiores cederam aos superiores.¹²⁰

Laytano imprime superioridade aos negros miscigenados (com negros superiores) que teriam servido de mão de obra no Rio Grande do Sul, combinando critérios étnicos e raciais biológicos. Apesar de propor a substituição da categoria “dolicocefalia”, o autor apoia-se nesta classificação para hierarquizar o grupo negro e dotar o Rio Grande de uma superioridade calcada não só nos brancos, como também nos afrodescendentes. Por sua vez, esta categoria remete-se a tipologias, tais como a elaborada pelo médico e anatomista Paul Broca, fundador da Sociedade de Antropologia de Paris (1859) e um dos inventores do método craniométrico. Este método, relacionava o nível de inteligência e civilidade dos seres humanos a medidas cranianas, associadas a outros marcadores (cor da pele, por exemplo).¹²¹ Broca organizou uma pirâmide na qual os europeus ocidentais ocupavam o topo e os negros e amarelos se revezavam na base, sendo *dolicocéfalo*, *braquicéfalo* e *mesaticéfalo* os termos científicos desses tipos raciais. Como neolamarckiano, acreditava que caracteres adquiridos pela adaptação ao meio físico e social, poderiam ser transmitidos hereditariamente, incluindo num único escopo aspectos físicos, morais e intelectuais.¹²²

Dante de Laytano se apoiou em Jorge Salis Goulart para descrever os contingentes raciais sulinos. Segundo Goulart, os *dolicocéfalos* eram os açorianos descendentes de arianos (a mais alta categoria da escala), enquanto os *braquicéfalos* representavam os italianos e demais portugueses de pele morena e baixa estatura.¹²³ Paradoxalmente, o autor identificava elevados graus de dolicocefalia nos negros vindos para o Rio Grande do Sul, cujo índice cefálico seria semelhante ao dos brancos. Considerando tais pressupostos, Laytano atribui alguns elementos culturais de etnias africanas aos portugueses que estiveram na África antes do desembarque de escravos no Brasil.¹²⁴ Indiretamente, o autor postulou que o espírito guerreiro, natural aos negros sulinos, teria se desenvolvido em sua plenitude apenas no contato com os brancos e com o habitat meridional. A essas considerações, Laytano acrescenta pressupostos de Arthur Ramos:

120 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 112.

121 SILVEIRA, Renato da. “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. *Afro-Ásia*, n. 23, 1999, p. 114.

122 STAUM. “Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology (1859-1914)”, p. 483.

123 GOULART. *A Formação do Rio Grande do Sul*, p. 182-183.

124 LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 115.

O negro ia para combate com uma coragem que seria impossível julgá-la apenas física. “O mundo mítico em que se movem os negros brasileiros é a projeção da psique primitiva, onde todas as coisas se unem por laços invisíveis, em participações místicas impalpáveis, onde o eu se confunde com o não eu, onde o microcosmo não se separa do macrocosmo, onde o real não conhece a limitação do irreal”, como ensina Arthur Ramos, o mestre da moderna africanologia nacional.¹²⁵

Longe de questionar a raça biológica, tal como Arthur Ramos pretendeu fazer, Laytano justapõe o viés psicológico evolucionista de seu interlocutor ao quadro previamente estabelecido na produção historiográfica sul-rio-grandense. Essas operações metodológicas e conceituais emprestaram, aos escritos de Laytano, contradições insolúveis do ponto de vista teórico, porém compreensíveis quando localizadas nos debates recorrentes à época, tocantes ao campo de estudos africanos e de relações raciais. Era preciso dar conta da agenda de pesquisa nacional e, ao mesmo tempo, responder ao programa majoritário no IHGRS, centrado no lusitanismo sul-rio-grandense, cuja tarefa era incluir a “província” no todo nacional.

Considerações finais

Ao invés de Dante de Laytano inscrever o “elemento negro” em seus escritos, sob um olhar que, de fato, incorporasse e valorizasse as contribuições dos negros – o que já era possível com o culturalismo –, a raça biológica reportada à Antropologia Física, ainda recorrente em Institutos Históricos e Geográficos, permaneceu como uma das chaves explicativas para a formação do Rio Grande do Sul. Para os negros foram atribuídas reminiscências de um passado distante, onde a participação em tarefas militares e econômicas tornou-se a única porta de entrada possível para os africanos e seus descendentes na história, cultura e sociedade sul-rio-grandense.

Ao mesmo tempo, nota-se que nenhum dos autores analisados despreendeu-se completamente de noções biológicas de raça. Ramos guardou em suas obras as classificações de Roquette-Pinto, combinadas a evolucionismos da Psicologia Social, e Dante de Laytano operou uma tipologia remetente à Paul Broca. Porém, as escolhas teórico-metodológicas dos autores se deram num mesmo campo de debates, no qual as mesmas perspectivas encontravam-se disponíveis, apesar de especificidades derivadas de percursos profissionais e intelectuais. Devido a essas escolhas, complexas em suas possibilidades optativas, foram construídas duas interpretações: a de uma Bahia essencialmente negra; e a de um Rio Grande do Sul essencialmente branco e, por isso, superior às demais regiões do Brasil em termos civilizatórios.

Por sua vez, influenciou a elaboração das interpretações mencionadas a inserção dos autores em redes de relações estabelecidas entre intelectuais brasileiros e estrangeiros, articuladas em torno do campo de estudos africanos e de relações raciais. É nesses termos que a comparação entre as comunicações de Ramos e Laytano torna-se pertinente para a compreensão do lugar social de africanos e seus descendentes em interpretações sobre a formação do Brasil.

Recebido em 20/06/2015
Aprovado em 20/10/2015

¹²⁵ LAYTANO. “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, p. 112-113.